



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO DE RECURSOS HÍDRICOS**

ATA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA

1 A 9ª Reunião Ordinária do Conselho de Recursos Hídricos teve lugar no Espaço Verde
2 da FEPAM à Rua Carlos Chagas, 55, 11º andar, às 14:30 horas do dia 26 de novembro
3 de 2001. Compareceram os seguintes integrantes: Claudio Langone, Presidente; Edson
4 Silva, Vice-Presidente; Roberto Coimbra, da Secretaria de Recursos Hídricos do
5 Ministério do Meio Ambiente; Flávio Piccinini, da Secretaria de Obras Públicas e
6 Saneamento; Antônio Ernani Lima, da Secretaria de Coordenação e Planejamento;
7 Salzano Barreto de Oliveira, da Secretaria da Saúde; Carlos Alberto Soares, da Casa
8 Civil; Telton Correa, da Secretaria de Minas, Energia e Comunicações; Nilvo Alves da
9 Silva, Presidente da FEPAM; Volney Zanardi Jr., Diretor do Departamento de Recursos
10 Hídricos da SEMA; Renato Ferreira, Secretário Executivo e Denise Valdameri, do
11 Programa Pró-Guaíba; Luiz Antônio Grassi, do Comitê Lago Guaíba; João Francisco
12 Giuliani, do Comitê Santa Maria; Gilberto Gonçalves, do Comitê Camaquã; Milton
13 Haack, do Comitê Tramandaí; Ada Piccoli, do Comitê Gravataí; Isaac Zilbermann, do
14 Comitê Baixo Jacuí; Roberto João Basso, do Comitê Ibicuí. A reunião teve início com a
15 8ª Reunião Ordinária, que sofreu duas modificações. Após, passou-se à posse dos
16 novos membros, baseada na Lei Estadual nº 11.685, de 08 de novembro de 2001, que
17 prevê sete representações de comitês de bacia, sendo um federal. Pelo fato de não haver
18 ainda comitê federal no Estado, tomaram posse os representantes estaduais. Logo a
19 seguir foi feita uma apresentação do Programa Pró-Guaíba pelo Secretário Executivo,
20 Renato Ferreira, o qual resumiu as ações do Módulo I, em fase de conclusão, e as
21 propostas e metodologia do Módulo II. No Módulo I foi definido um plano de ações
22 com horizonte para 20 anos, constituindo o Plano Diretor, para o qual foi organizada
23 uma equipe técnica a partir da decisão do Conselho Deliberativo em 97. Em dois anos
24 foram levantadas as informações necessárias em 18 volumes, que estão disponíveis em
25 meio digital no SIG - Sistema de Informações Geográficas - abrangendo 251
26 municípios, correspondendo a 30% do território do Estado e 6 milhões de habitantes.
27 Em 99, esta documentação foi entregue no BID, que a qualificou como um bom
28 diagnóstico, e solicitou o plano propriamente dito. Este teve início envolvendo 120
29 técnicos, que identificaram as questões com alta, média e baixa criticidade nas nove
30 bacias. Em 2000 foi efetuada uma consulta pública cujo resultado foi distribuído em 13
31 grupos temáticos formados por técnicos estaduais e da sociedade civil. Cada grupo
32 definiu critérios para estabelecer as prioridades em cada tema, e estas ações prioritárias
33 foram cruzadas com as criticidades, apontando as ações estruturadoras de cada um.
34 Posteriormente, eleitos os cinco temas principais - Esgotamento Sanitário, Resíduos
35 Sólidos, Manejo do Solo Agrícola, Manejo do Solo Urbano, Unidades de Conservação e
36 Proteção às Nascentes - foram definidas as ações estruturadoras que orientariam o
37 Módulo II. A fase I do Módulo II envolverá um desembolso de 296 milhões de dólares,

38 e a fase II, de 198 milhões de dólares. O plano de ações do Pró-Guaíba deverá também
39 resultar da articulação com os planos de bacia, que já estão em andamento, além do
40 arranjo institucional que deverá ser composto para que não haja sobreposição de
41 trabalho. O conselheiro Giuliani relata que em reunião com a FAMURS discutiu-se
42 que, com o Estatuto da Cidade, o planejamento de qualquer cidade deverá levar em
43 conta a bacia hidrográfica, e questiona como o plano de ações se conecta com o
44 problema das populações ribeirinhas. Renato explica que o processo de construção do
45 Módulo II tem criado mais condições para que o Programa possa permear as estruturas
46 existentes e assim gerar mais responsabilidades. No entanto, o espaço urbano também
47 apresenta muitos interesses, originando os zoneamentos. Deve-se pensar o conjunto das
48 cidades na região, casando as várias políticas, com vistas à manutenção dos habitantes
49 nos locais mais apropriados. O conselheiro Grassi levanta que a atribuição do DRH é a
50 elaboração do Plano Estadual de Recursos Hídricos, a dos comitês de bacia é o plano de
51 cada bacia, e o Pró-Guaíba acena com uma possibilidade que não se pode perder, mas
52 que também não pode ser incoerente com os demais planos. Os comitês não são mais
53 um grupo, são o grupo com o qual devem ser discutidos todos os planos. O coordenador
54 concorda que tudo que foi acumulado deve ser aproveitado para agilizar o processo de
55 integração. O plano diretor pode servir de base para os planos locais, nas suas diretrizes
56 orientadoras. O plano estadual também poderá fazer isto, ajustando a metodologia e
57 aperfeiçoando as propostas. Quanto aos comitês, deve-se definir melhor o regimento,
58 mas são eles o canal mais adequado para implementar o plano de ações. O aporte
59 externo do Pró-Guaíba não exclui todo o processo institucional para cobrança da água e
60 outras atividades previstas. Mas pela defasagem com a implementação do Programa,
61 talvez muitas das ações previstas já tenham sido realizadas quando estas questões forem
62 instituídas. Isto faz parte da discussão do caráter da agência de região, na qual tudo
63 deverá estar articulado. A idéia não é que o plano vá sendo cumprido à parte da ação dos
64 outros atores governamentais, e sim que ele permeie todo o processo interno do Estado.
65 O Presidente faz um relato do seminário com o BID, esclarecendo que o mesmo foi
66 institucional, não de negociação. Após a apresentação do Módulo I e das propostas para
67 o Módulo II, foram definidas as próximas estas: 1. Resolução da capacidade de
68 endividamento do Estado junto à COFIEIX; 2. Elaboração do relatório de impacto do
69 Módulo II em três meses; 3. Ambos aprovados, o BID viria tratar dos encaminhamentos
70 para a negociação. Foi sugerido um roteiro para discussão sobre o arranjo institucional
71 do Programa em relação ao do Estado e aos Sistemas de Meio Ambiente e de Recursos
72 Hídricos. O fato de quatro co-executores do Módulo I estarem hoje integrando a SEMA
73 já significa um avanço neste processo. No atual contexto, é necessário discutir mais a
74 relação com os comitês, em conjunto com o DRH. Indagado sobre o projeto das
75 agências de região, Langone esclarece que o mesmo deverá avançar dentro da Câmara
76 Técnica antes de ser pautado no CRH. Uma das tarefas do grupo de trabalho será
77 recolher experiências existentes sobre o tema, pautando-o no sistema através de
78 seminários. Deverá também avaliar-se a previsão da lei 10.350/91 será seguida
79 integralmente, com o formato de três agências, ou se caberia somente uma; e fazer uma
80 análise das implicações da cobrança sobre os custos de produção, tendo em vista o
81 momento atual. O BID tem críticas ao modelo da ANA, e para a SEMA o importante é
82 que o CRH conduza o debate, uma vez que se trata do sistema como um todo. O BID
83 solicitou que o programa seja enquadrado no seu marco lógico, ou seja, a sua
84 metodologia para a definição de prioridades, e neste sentido, entregou o termo de
85 referência para se aplicado. Foi proposto que o BID produza um estudo de caso sobre o

86 Pró-Guaíba, para divulgar no seu universo de clientes uma reflexão sobre esta
87 experiência. No ponto Manutenção dos Comitês o conselheiro Grassi coloca que os
88 comitês são constituídos pelo Estado, portanto, partícipes do sistema público e por conta
89 das dificuldades de recursos tem se criado constrangimentos. Os secretários executivos
90 que não são pagos por instituições, estão sem condições de remuneração há alguns
91 meses. Os membros dos comitês também são obrigados a pagar seus deslocamentos,
92 pois a ação é regional. Não adianta o CRH e outras instituições funcionarem, se a base
93 do sistema não consegue. A discussão do dia 20 acabou encaminhando para o assunto
94 FRH. Mesmo sabendo das dificuldades, os comitês querem tomar conhecimento
95 completo da situação e da disponibilidade real do FRH para patrocinar as atividades do
96 sistema e as outras que estão previstas. Propõem que o CRH se manifeste para que o
97 FRH seja destinado unicamente para ações no sistema. Três linhas de abordagem são
98 sugeridas: 1. Sejam criadas faixas de desembolso adequando o valor dos convênios às
99 necessidades de cada comitê, flexibilizando o valor hoje fixo em 50 mil por ano, pois os
100 estágios são diferentes; 2. Desembolso efetuado em parcela única; 3. Padronização ou
101 normatização do processo de desembolso, pois as dificuldades burocráticas somadas ao
102 desconhecimento dos procedimentos tem gerado prejuízos ao gerenciamento dos
103 recursos. Os comitês se propõem a fazer todas as gestões junto ao núcleo do governo
104 para que isto aconteça. O conselheiro Giuliani comenta que não é compreensível que um
105 fundo com destinação especificada tenha cada vez mais dificuldades para atender seus
106 objetivos, principalmente num governo que propõe o compartilhamento das
107 responsabilidades. O diretor Volney esclarece que o FRH passou para a SEMA em
108 dezembro do ano passado, e que apesar de possuir 16 milhões hoje, só há
109 disponibilidade de 3 milhões previstos no orçamento deste ano, para aplicação em
110 diversas ações – planos de bacias, mapeamento hidrogeológico, estruturação do DRH e
111 outras. O recurso autorizado para os comitês será empenhado imediatamente para
112 aqueles que prestaram contas. A liberação em uma parcela por convênio pode ser
113 possível. O Secretário enfatiza que há tratativas permanentes com a Secretaria da
114 Fazenda, que controla todos os fundos. Como encaminhamento, propões a discussão
115 sobre o Fundo na próxima reunião do CRH. Em relação à aplicação só para os fins do
116 sistema, coloca que se trata da questão do controle do caixa único, e que poderá ser
117 pautada a discussão sobre critérios de aplicação do FRH. Em relação à proposta da faixa
118 de desembolso, esclarece que para melhor controle dos convênios, optou-se pela
119 padronização, mas agora é necessário estudar mecanismos para agilizá-los, talvez no
120 máximo com dois ou três valores por faixa. Quanto ao desembolso único, pondera que
121 as liberações em parcelas permitem a distribuição do impacto financeiro ao longo do
122 tempo, no entanto, pode-se montar um plano com a Secretaria da Fazenda, incluindo
123 todo o conjunto dos comitês. O manual de aplicação é possível e necessário, o sistema
124 se encontra num momento em que todas as ações podem ser avaliadas e melhoradas.
125 Para isto pode ser montado um grupo de trabalho entre os comitês, o DRH e o FRH. Na
126 próxima reunião poderá ser mostrado um quadro geral do FRH. O diretor Volney
127 informa que já estão sendo aplicados cerca de 1,2 milhão do FRH em planos de bacia, e
128 mais 500 mil através da FEPAM junto com o Ministério do Meio Ambiente; R\$ 340 mil
129 na Outorga, R\$ 540 mil no mapeamento hidrogeológico e R\$ 300 mil para os comitês.
130 O Comitê Sinos havia proposto um desembolso de 100 mil, mas se isto for feito, outros
131 comitês podem ser prejudicados. As providências que estão sendo tomadas
132 encaminham para melhorias nesta questão. O representante da Casa Civil parabeniza as
133 pessoas que participaram da formação do Sistema, pelo avanço que o mesmo já está

134 atingindo. Entre as Resoluções previstas na pauta, foi votada apenas a que propõe o
135 grupo de trabalho para a montagem do Programa de Capacitação. Com a inclusão da
136 SOPS e do Pró-Guaíba, foi aprovada por unanimidade. No ponto Comunicações, o
137 Presidente informa que o CNRH retoma suas atividades depois de seis meses, com uma
138 reunião no dia 30 de novembro, e que espera-se que haja oportunidade para o
139 encaminhamento das duas questões reivindicadas pelo CRH-RS, em relação à nova
140 estrutura, com maior participação dos Estados, e em relação à discussão do PL 4147.
141 Indica a próxima reunião para o dia 18 de dezembro, se necessário pela manhã e à tarde,
142 caso a pauta seja muito extensa. Nada mais havendo a tratar, encerra a reunião, da qual,
143 eu, Virginia Müzell, secretária executiva, lavro esta ata.